



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 138785 - AL (2020/0320375-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : C B (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por C B contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0801069-08.2020.8.02.0000).

O recorrente foi preso em flagrante no dia 11/9//2018, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 217-A, do CP, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva, com fundamento na garantia da ordem pública.

Sustenta a ausência de fundamentação idônea a autorizar o decreto da custódia, sendo hipótese de concessão de medida cautelar diversa da segregação. Aponta, ainda, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, sem que tenha a defesa contribuído para o atraso.

Requer, liminarmente e em definitivo, o relaxamento da prisão, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

O Juízo de origem apresentou informações às fls. 413-419 em atendimento ao despacho de e-STJ fl. 404.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente